

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: PASSAGEM DA MEDICINA HIGIENISTA PARA A FISIOLÓGIA DO EXERCÍCIO

Marco Bettine

Universidade de São Paulo

marcobettine@usp.br

Envio original: 23-05-2020. Revisões requeridas: 24-05-2020. Aceitar: 24-05-2020. Publicado: 01-06-2020.

Resumo

Este texto tem como objetivo debater o processo histórico de valorização da fisiologia do exercício frente ao desenvolvimento pluridimensional do Ser na Educação Física. A tese debatida aqui é que passamos do domínio da Medicina para o da Fisiologia. Este processo deu-se no nacional-desenvolvimentismo, pois construímos as bases legais para uma Educação Física pautada no alto-rendimento; neste período há uma valorização da área esportiva, principalmente de atletas e treinadores frente a formação de Professores. O Estado interviu no fomento de medidas para que a Educação Física fosse utilizado para formar atletas que servissem como exemplos estereotipados. A escola transformou-se em um palco das competições escolares que tinha reflexo não na experiência do aluno, mas em contextos exógenos como os Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Educação Física Escolar - Higienismo - Biomedicina - Brasil.

El proceso de transformación de la Educación Física: paso de la medicina higiénica a la fisiología del ejercicio

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir el proceso histórico de valorar el deporte en vista del desarrollo multidimensional de los niños en la educación física en la escuela. La tesis discutida aquí es que hemos pasado del dominio de la medicina a la fisiología. En el desarrollismo nacional, construimos las bases para una Educación Física basada en un alto rendimiento; En este período se aprecia el área deportiva, principalmente de atletas y entrenadores. El Estado intervino en la promoción de medidas para que el deporte pudiera usarse para entrenar a los atletas para que sirvan como ejemplos estereotipados. La escuela se ha convertido en un escenario para competiciones escolares que no se refleja en la experiencia del alumno, sino en contextos exógenos como los Juegos Olímpicos.

Palabras clave: Educación Física Escolar - Higienismo - Biomedicina - Brasil.

The transformation process of Physical Education: passage from hygiene medicine to the exercise physiology

Abstract

This article aims to discuss the historical process of valuing sport in view of the multidimensional development of children in Physical Education at School. The thesis discussed here is that we have moved from the domain of Medicine to Physiology. In national developmentalism, we build the foundations for a Physical Education based on high performance; in this period there is an appreciation of the sports area, mainly of athletes and coaches. The State intervened in the promotion of measures

so that the sport was used to form athletes that would serve as stereotyped examples. The school has become a stage for school competitions that was reflected not in the student's experience, but in exogenous contexts such as the Olympic Games.

Keywords: School Physical Education - Hygienism - Biomedicine - Brazil.

Introdução

Este texto busca reconstruir um aspecto importante da história da Educação Física brasileira, sua passagem de dependência do saber médico-higienista, frente a uma Educação Física humanista, para a prevalência de uma Educação Física pautada pelo esporte, e não no autoconhecimento, sustentada pelos saberes da fisiologia do exercício. Defendemos que as bases legais para esse processo se iniciam no Estado Novo são ratificadas no Regime Militar e sedimentadas com a Regulamentação da Profissão.

Percebemos que o início deste processo se deu no Estado Novo com suas ações voltadas para uma Educação Física de massa, pautada no movimento ginástico nacionalista, buscando o novo homem varguista que seria a antítese do personagem “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato – escrito por este para dar voz ao sentimento da elite brasileira sobre o atraso e morbidez do mundo tradicional frente ao urbano.

A análise desse momento histórico orbitará na avaliação crítica das legislações que interferiram na prática da Educação Física naquela época, com ênfase nas modalidades esportivas, frente ao modelo humanista de educação do corpo e para o corpo.

Neste universo cheio de controvérsias, avanços e retrocessos, buscamos compreender, por meio do levantamento de fontes primárias – Decretos e Legislações do período – e fontes secundárias – interpretações do período por pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento –, as ações políticas que atuaram na construção de modelos de ensino e prática da Educação Física. Toda as fontes foram interpretadas à luz da teoria *habermasiana* que discute a Tecnocracia; Técnica e Ciência como Ideologia; Complexificação Sistêmica e Colonização do Mundo da Vida. Para desenvolver a compreensão do cenário apresentado anteriormente, privilegiamos uma narrativa que procura inserir a área da Educação Física como partícipe desse processo histórico.

Buscaremos enfrentar neste texto quatro questões:

- (a) Debater as mudanças ocorridas no período e o reflexo na Educação Física – Complexificação Sistêmica.
- (b) Discutir a legislação esportiva como política impositiva via Decretos-Lei – Tecnocracia.

(c) Compreender a concepção de Educação Física relacionada à prática de modalidades olímpicas – Colonização do Mundo da Vida.

(d) Debater o crescimento dos Jogos Olímpicos como um dos fatores de segmentação da Educação Física Escolar – Técnica e Ciência como Ideologia.

Brasil das mudanças: o corpo trabalhado para a fisiologia do exercício

O ano de 1950 é o marco da passagem de um Brasil rural para o urbano, carregando todas as consequências desta violência promovida pelo Estado, tema este já bastante discutido por clássicos da literatura, no qual destacamos o historiador Boris Fausto (2006), o brasilianista Thomas Skidmore (2007), o antropólogo Darcy Ribeiro (1995), o cientista político e economista Celso Furtado (2000) e o sociólogo Florestan Fernandes (1973).

A base teórica que fundamenta este artigo é a teoria *habermasiana*, abordando três estruturas conceituais: a primeira é a discussão da tecnocracia no sentido de uma burocratização das formas de vida e a sobrepujança dos Sistemas Burocráticos e Financeiros nas decisões Estatais (Habermas, 2014a, 2014b), portanto, alijam do processo o Ser, no sentido sartriano do termo (Sartre, 2014). A segunda estrutura conceitual é o processo de complexificação sistêmica onde os Sistemas Poder e Dinheiro avançam sobre o Mundo da Vida transmutando as formas tradicionais e colonizando as relações espontâneas (Habermas, 2012a, 2012b). O terceiro é o processo tecno-científico, onde a ciência se constituiu como ideologia do Estado ou do Mercado, tese defendida por Habermas ao reinterpretar a obra de Herbert Marcuse “O Homem Unidimensional” (Habermas, 2014c).

Essa inversão populacional ratificou a ascensão de uma ideologia política iniciada durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, que determinava a valorização do urbano frente ao rural. O comportamento político do poder vigente bem como a materialização desse domínio através de obras públicas e do expressivo crescimento financeiro constituem marcas dos planos de governo durante o nacional-desenvolvimentismo. Na área social é um período marcado pela legalização dos direitos trabalhistas e das políticas sociais, mas com uma perspectiva compensatória e assistencialista.

A interferência do governo na formação de uma ideologia coletiva vinculada à industrialização e ao crescimento econômico constituiu um dos fatores basilares no fomento das políticas públicas concebidas durante o nacional-desenvolvimentismo brasileiro. A propagação de conceitos valorativos sobre a tese desenvolvimentista propiciou a incorporação de ideais pelo indivíduo e pela própria sociedade, através de suas instituições. A economia assume papel singular e destacado para todas as medidas de intervenção governamental, transformando-se em verdadeira ideologia política (Habermas, 2014b).

Outro fator importante foi o aprendizado dos governantes do modelo de propaganda de Goebbels, fazendo escola tanto no ocidente quanto no oriente, reforçando as características do mandatário pautado no clientelismo e na tecnocracia (Habermas, 2014a). De “pai dos pobres” ao “cinquenta anos em cinco” o modelo propagandista baseado nos índices econômicos pautara as decisões de diferentes presidentes, eleitos ou não, como no “milagre econômico” deixando as demandas sociais e trabalhistas em segundo plano frente ao ortodoxismo econômico.

As medidas também objetivavam combater eventuais manifestações contrárias às classes dirigentes, como dos emergentes movimentos sociais, bem como dos barulhentos e promissores sindicatos (Habermas, 2014b). A propaganda “Brasília: a Nova Capital do Brasil. Alguns contra, muitos a favor. Todos beneficiados!” ilustra esse ideal goebbeliano de política propagandística.

Essa alienação coletiva da consciência e dos deveres políticos foi classificada por Habermas (2014a) como “Tecnocracia”. Esse momento ratificou uma percepção generalizada em nossa sociedade sobre a impossibilidade de modificação dessas estruturas políticas, em virtude da “ausência de uma cidadania organizada e eficaz na defesa de seus interesses, o que somou uma deficiente mediação entre Estado, Sociedade e Partidos” (Baquero, 2001: p. 99).

A perspectiva de *modus vivendi* da população brasileira, com um claro enfoque tecnocrata, fatalista e alienado, conduziu essas pessoas para o estabelecimento de rotinas resumidas ao trabalho intenso, intermediado por escassos períodos de descanso. Dessa forma, não eram estipuladas como prioridades básicas dois tipos de vivências necessárias à manutenção de uma vida com sentido para a subsistência do Ser contemporâneo: um tempo de lazer humanizado e a educação do corpo.

Potencialmente as ações humanas, quando realizadas no tempo livre, possibilitariam às pessoas os necessários momentos de descontração, imprescindíveis para suportar a extenuante jornada dentro e fora do âmbito profissional e várias teorias apontam para um momento de possível conscientização política.

O movimento físico, realizado de forma intencional nas ações de *Sport for All* (no modelo norueguês e não o importado por Lamartine Pereira da Costa que serviu de propagando ao lema “Brasil, ame ou deixe-o”), lazer e recreação com sentido, teria como potencialidade construir importantes ferramentas para propiciar a saúde, a coletividade, a improvisação e o senso de comunidade. No entanto, a Educação Física e o esporte serviram como política pública estratégica, pois evitaria a manifestações políticas e doenças dos trabalhadores, garantindo uma maior produtividade.

Então defendemos que a Educação Física fez uma escolha política ao passar do poder Médico-Higienista do século XIX, para o poder Biomédico-Fisiologista do século XX, mesmo existindo diferentes correntes que defendiam outras formas de Educação do Corpo, principalmente aquelas com enfoque no Humanismo. No século XXI presenciamos uma radicalização da fisiologia do

exercício para o que denominamos um fatalismo genômico e uma cibercultura do exercício (Sibilia, 2008; Lemos, 2018).

A passagem do Higienismo para a Fisiologia deu-se com a valorização do esporte na sociedade. Para Bracht (1999: 74), o aumento do rendimento atlético-esportivo após o Estado Novo, com o registro inicial de recordes, é alcançado com uma intervenção científico-racional sobre o corpo que envolve tanto os aspectos imediatamente biológicos, como o aumento da resistência, força, quanto comportamentais, como hábitos regrados de vida, respeito às regras e normas das competições.

Os crescentes estudos na área esportiva e a valorização dos atletas eram medidas que retroalimentavam o próprio saber biomédico, propagando uma embrionária política de valorização do corpo, adaptando-a agora para o poder saber da fisiologia.

Nesse complexo contexto histórico, político e sociológico, o Estado interviu direta e indiretamente no fomento de medidas para que a Educação Física fosse utilizada para formar atletas que servissem como exemplos estereotipados de vitória e para propagar os ideais de corpo e nação, posteriormente, com o Mercantilização do Corpo a corrente higienista perde espaço, para a nova ciência do esporte ancorada na fisiologia do exercício.

A principal aspiração dessas medidas era de demonstrar o avanço da Tecnociência. Mas com o mesmo espírito da época, como diria Hegel, o esporte para a elite genômica-biotecnológica e a economia para a elite política-industrial-financeira.

Do Corpo Higienizado para o Corpo “atletificado”

Os Decretos-lei e Portarias Ministeriais priorizavam ações na Educação Física Escolar no sentido de formação de atleta com os princípios da fisiologia do exercício. O embrião dessas medidas foi concebido por teorias totalitaristas típicas da década de 1940, de caráter fascista. Essas teorias se utilizavam da Educação Física Escolar como um mecanismo para a formação de futuros cidadãos, comprometidos com as causas patrióticas defendidas pelo poder vigente. A criação da Educação Física Escolar como matéria curricular obrigatória, longe de ser uma alternativa emancipadora do corpo, tornou mais evidente o biopoder do Estado no sentido foucaultiano do termo (Foucault, 2008).

Podemos citar como exemplo as Portarias e Decretos-lei que reforçam o Higienismo:

- N° 7, de 9 de janeiro de 1940, do Diretor do Departamento Nacional de Educação, aprovou instruções para a realização de exames práticos de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário.

- Nº 14, de 26 de janeiro de 1940, estabeleceu a exigência mínima de 3/4 de frequência dos alunos nas aulas de Educação Física para poder submeter-se aos exames finais das outras disciplinas da grade curricular.

- Nº 3.199/44, que criou o Conselho Nacional de Desportos (CND), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, e que possuía objetivos ideológicos, reconhecendo a necessidade premente de profissionalização do esporte e controle das atividades amadorísticas. A instituição do CND evidenciou o teor nacionalista e moralista que propagava não apenas os benefícios do movimento com a finalidade esportiva, esquecendo espaços do brincar e jogar próprios da sociabilidade espontânea.

Esses dispositivos legais simbolizavam a já premente preocupação do Estado em formar profissionais na área de Educação Física como treinadores esportivos para atletas de alto rendimento, além de propiciar a descoberta de talentos durante esse processo, dentro da própria Universidade. A incorporação de disciplinas típicas na área de fisiologia e de anatomia para a formação do profissional de Educação Física foi um fenômeno que se iniciou no transcurso do Estado Novo.

O início do nacional-desenvolvimentismo também marcou a criação e a regulamentação de diversos cursos de graduação em Educação Física, indicando uma embrionária mudança de paradigma no tocante à profissionalização desses educadores, ensejando um maior conhecimento técnico-científico para o exercício de suas funções, seja no Esporte de Alto-Rendimento ou na Educação Física Escolar e Esporte Escolar. O primeiro passo foi dado em 4 de março de 1942, com a promulgação do Decreto nº 8.923, autorizando o funcionamento do Curso de Especialização de Médicos em Educação Física da Escola Superior do Estado de São Paulo. Desta forma, estava engendrada uma crescente aproximação da área da Educação Física com a fisiologia.

A portaria nº 170, de 1º de outubro de 1959, aprovou a realização de instruções mínimas sobre treinamento esportivo nas faculdades de Educação Física, simbolizando o expressivo aumento de importância dessa área na graduação que refletiu, com o passar dos anos, um caminho sem volta, com a desvalorização da Licenciatura e o crescimento do fisiologista do exercício como novo modelo do profissional de Educação Física.

No ano de 1957 regulamentou-se o esporte estudantil (Portaria nº 106, de 15 de junho de 1957). O diploma legal regulamentou as competições ginasiais prevendo a criação de comissões interescolares para promover e incentivar os jogos. Essa intervenção é singular, pelo fato de um ente federal intervir nas competições de escolas públicas e privadas de todo o país. Deste tipo de ação teve como consequência os jogos transformarem-se na busca de potenciais atletas, o que levou a um

direcionamento da Educação Física Escolar a valorizar os mais aptos em detrimento da participação e ensino.

Mas a instituição da Medalha do Mérito Desportivo em 1954 (Decreto-Lei nº 36.328, de 15 de outubro), outorgada pelo Presidente da República àqueles competidores nacionais que conquistavam não apenas vitórias significativas, mas que, de alguma forma, representavam em sua performance as características que o governo gostaria de exteriorizar a respeito do povo brasileiro (persistência, coragem, patriotismo), promovem o culto ao indivíduo. No compasso da Seleção Esportiva, o nacional-desenvolvimentismo também marcou o embrião dos Jogos Estudantis e Universitários, formatados a partir da Ditadura Militar. Com a preocupação de proporcionar o futuro ambiente competitivo a ser enfrentado por potenciais atletas de alto rendimento, o governo fomentou várias competições entre escolas, em diversas modalidades, com um sensível predomínio para os esportes coletivos.

A fiscalização das entidades esportivas pela “Inspetorias Seccionais de Educação Física” (Decreto-Lei nº 49.639, de 30 de dezembro de 1960) demonstra a preocupação com a formação do atleta. Com essa divisão de responsabilidades, tanto o esporte como a Educação Física Escolar passaram a ser observados pelo governo federal com maior proximidade, auxiliando a futura edição de leis que permitiriam, de forma concreta, a aplicação dos serviços que envolveriam a Educação Física Escolar. Buscava-se gerir a qualidade e o tipo das atividades como, atividades cívicas (paradas militares) e esportivas (voltadas ao alto-rendimento).

O sonho olímpico: um pesadelo da Educação Física Escolar

Os idealizadores dos Jogos Olímpicos Modernos adaptaram o modelo ginástico europeu de controle dos corpos, da racionalização do jogo, da instrumentalização da arte para construir o maior aparato de valorização da ciência biomédica aplicada ao esporte, que vai dos diferentes tipos de treino até a criação de drogas (lícitas e ilícitas) para potencializar o corpo-máquina (Soares; Fraga, 2003). Não podemos esquecer claramente o corte de classe proposto, principalmente com a bandeira do amadorismo, que a história demonstrou ser uma forma perversa de exclusão social no esporte.

A modernidade naquele momento poderia pensar a realização dos Jogos como uma nova forma de conceber a educação do corpo, buscando o prazer na prática e a socialização, mas o que se assistiu ao longo do tempo, radicalizando-se no século XXI, foi a ampliação dos exercícios rigorosos, sistemáticos e mecanizados, realizados de forma reiterada e, sobretudo, individual. A utopia perene de pensar em uma educação do corpo que abrangeria a cultura popular, as artes e os jogos dão lugar aos holofotes e vitrines dos novos corpos-máquinas, facilmente instrumentalizados pelo Estado no século

XX e, posteriormente, pelo mercado no século XXI, de modo que o atleta se torna o representante do próprio sistema dinheiro ou poder no sentido habermasiano do termo (Habermas, 2012a, 2012b). As vitórias dos atletas ultrapassam a sua competência individual, transformando-se na materialização de uma superioridade do próprio Estado em um primeiro momento e, em um segundo momento, na mercantilização do atleta.

Os Jogos Olímpicos também deixaram marcas profundas na formação e preparação dos atletas brasileiros. O treinamento começou a ser planejado no nacional-desenvolvimentismo com a ideia do ciclo olímpico e com a intenção do atleta atingir sua máxima performance nos Jogos. A preocupação estatal com a constante melhora do rendimento brasileiro nos Jogos pode ser exemplificada pela edição do Decreto nº 49.131, de 20 de outubro de 1960, que criou a “Comissão de Preparação Olímpica para os Jogos Olímpicos de Tóquio”, iniciativa inédita de intervenção até aquele momento.

O CND vislumbrava uma necessidade de pensamento organizado e sistemático ancorado na biomedicina para a preparação de atletas. A necessidade de controle na participação das competições também era de importância fundamental para o Conselho. Apesar do incentivo para a formação de atletas e a participação em competições, qualquer atividade programada pelas confederações deveria ter a anuência do CND, conforme disciplinam os artigos 27 e 28 do Decreto-Lei nº 3.199/44. Através da emissão da Portaria nº 76, de 29 de maio de 1959, foi criado o primeiro “Grupo de Estudo e de Pesquisas sobre o Treinamento Esportivo”. Subordinado ao Conselho Nacional de Desportos, o pioneiro grupo passou a tecnificar um conhecimento até então inédito para o Brasil, já que, até aquele momento, toda a técnica de treinamento e de estudos nesta área eram traduções de metodologias, consideramos este o momento de ruptura com o higienismo/nacionalismo, para o fisiologismo/mercantilismo

Além disto, o CND também buscou profissionalizar a função de Técnico e Treinador Esportivo, até então considerado, apenas, uma ocupação. A edição do Decreto nº 47.978, de 2 de abril de 1960, criou o “Registro de Técnicos Desportivos”, proporcionando não apenas uma garantia de direitos a essa classe, como o próprio reconhecimento de sua função, garantindo a dedicação exclusiva desses profissionais na prestação desse serviço especializado.

Considerações

O corpo e o movimento humano nesses cenários foram reduzidos à uma dimensão biológica, sem uma maior ênfase em suas potencialidades culturais. No processo de complexificação sistêmica a área da Educação Física escolheu a Tecnocracia, a Colonização do Saber Tradicional e os Sistemas. Porém esta escolha feita pela área não reflete a totalidade dos profissionais, pois tivemos inúmeros

grupos de resistência, principalmente com movimentos sociais organizados, destaco: Centro Popular de Cultura da UNE; Movimentos da Teologia da Libertação; Movimento da Constituinte que tinha como ideal o movimento como potencialidade do Ser; obras como o Coletivo de Autores, entre tantas outras ações que extrapolam os limites deste ensaio. O trabalho de Juliano Souza (2019: 47) traz algumas pistas deste processo. Segundo o autor:

Não parece haver, além disso, uma ação comunicativa bem-sucedida acerca dos conteúdos a serem ensinados e pesquisados em EF. Isso, por conseguinte, não quer dizer que o problema evidenciado se reduza a uma condição meramente linguística. Pelo contrário, há tantas “Educações Físicas” quanto agentes de investigação que disputam no interior do campo acadêmico-científico historicamente constituído, a competência e a autoridade legítima para dizerem e imporem, a partir de duas variedades de capital, um de aspiração científica e outro de ascendência propriamente política, suas visões sobre o que é ou não é EF, sobre o que é ou poderia ser o seu objeto, sobre a necessidade da profissão assumir ou não um estatuto científico e assim por diante.

Este texto buscou analisar a passagem da Educação Física Higienista para a da Fisiologia do Exercício mostrando que o saber da biomedicina pensando os corpos cartesianamente construiu um poder-saber nas relações da Educação Física Escolar, de modo que a escola transformou-se em um palco das competições escolares que tinha reflexo não na experiência do aluno, mas em contextos exógenos como os Jogos Olímpicos.

Posteriormente, atrelando as aulas de Educação Física para a prática esportiva promoveu-se os valores esportivos da exclusão e da especialização das crianças em determinada modalidade.

Percebemos que as competições esportivas foram concebidas pelo olhar da fisiologia do exercício e do treinamento que pretendia alcançar, como última finalidade, a medalha olímpica. Focava-se o resultado, a vitória, que além de constituir o principal objetivo das ações humanas nesse contexto, também se travestia de uma verdadeira força motriz, impulsionando o fomento de intervenções políticas nesta área.

Referências

- BAQUERO, M. (2001). Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 98-104.
- BRACHT, V. (1999). A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Caderno CEDES**, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago.
- FAUSTO, B. (2006). **História do Brasil**. 12ª Ed. São Paulo, Edusp.

- FERNANDES, F. (1973). **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar.
- FOUCAULT, M. (2008). **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes.
- FURTADO, C. (2000). **Formação econômica do Brasil**. 27ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Publifolha.
- HABERMAS, J. (2014a). **Na esteira da tecnocracia: pequenos escritos políticos XII**. Trad. Luiz Repa. São Paulo, Editora Unesp.
- HABERMAS, J. (2014b) **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. São Paulo, Editora Unesp.
- HABERMAS, J. (2014c). **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo, Editora Unesp.
- HABERMAS, J. (2012a). **Teoria do Agir Comunicativo. Vol 1**. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo, Martins Fontes.
- HABERMAS, J. (2012b) **Teoria do Agir Comunicativo. Vol 2**. Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo, Martins Fontes.
- LE MOS, A. (2018). **Isso (não) é muito Black Mirror: passado, presente e futuro das tecnologias de comunicação e informação**. EDUFBA: Salvador, 2018.
- RIBEIRO, D. (1995). **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras.
- SARTRE, J.-P. (2014). **O existencialismo é um humanismo**. 3ª ed. Tradução de João Batista Kreuch, Petrópolis: Vozes.
- SIBILIA, P. (2008). **O Show do Eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SKIDMORE, T. (2007). **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007
- SOARES, C.; FRAGA, A. (2003). Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. **Pro-posições**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 77.
- SOUZA, J. (2019). Digressões acerca da ciência aplicada do movimento humano (ou sobre como podem prosperar revoluções simbólicas na área de Educação Física?). **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 27, n. 4, p. 43-63.